



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

### **Preliminarmente**

A licitação pública é um processo seletivo, mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidades a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público, a fim de selecionar a proposta mais vantajosa.

Cabe ressaltar que o interesse em fornecer produtos ou prestar serviços para a Administração Pública é legítimo e salutar para a competitividade do certame, desde que se utilize de condutas que respeitem o ordenamento normativo referente ao tema.

Dessa forma, para que se possa garantir o exame de legalidade das alegações e a fiel observância dos princípios norteadores da licitação, passamos analisar o mérito das razões e contra-razões.

### **Do Histórico**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2018, realizou-se licitação que tem como objeto a contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, transcorrendo normalmente a sessão com a presença de 16 (dezesseis) empresas participantes. Após 4 (quatro) sessões sagrou-se vencedora com a empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP.

A empresa SERVTEC SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - ME primeiro lugar nos lances, foi inabilitada por apresentar Balanço Patrimonial sem os devidos Termos de Abertura e Encerramento, ao final da sessão, manifestou a intenção em interpor recurso administrativo, e em 09 de maio de 2018 a referida empresa apresentou seu recurso.

A empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP, segunda colocada foi declarada vencedora do certame, após análise dos documentos de habilitação.

A empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA, indignada com a decisão que habilitou a empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP, manifestou a intenção de interpor recurso administrativo e em 09 de maio de 2018, doravante recorrente, apresentou o seu recurso.



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

**Julgaremos, neste documento, apenas o recurso da empresa ALT-TEC SERVIÇOS TÉCNICOS EM GERAL LTDA e as contrarrazões apresentada pela empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP, o recurso da empresa SERVTEC SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA – ME , será julgado separadamente.**

### **Das razões recursais**

A licitante recorrente apresentou, tempestivamente, suas razões pormenorizadas em documento protocolizado em 09/05/2018. Arrazoando, em síntese:

Que o Edital que norteou a licitação exigiu para a habilitação que as empresas que apresentassem atestado de capacidade técnica emitido por empresas públicas ou privadas que pudessem atestar a capacidade técnica operacional da licitante, onde constasse o desempenho de atividades compatíveis que guardassem características semelhantes às exigidas na norma norteadora do certame, como bem se pode ler do seu item 8.5 e em seu subitem 8.5.1.

Que a fim de comprovar a sua habilitação para a realização de tais serviços, a empresa declarada vencedora apresentou o atestado de capacidade técnica emitido, em princípio, pela INDÚSTRIA METALURGICA FRUM LTDA de onde constavam os dados necessários para a comprovação exigida pelo Edital. Todavia, ao ser verificada toda a documentação de habilitação, foram constatadas as seguintes informações extraídas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício da empresa Recorrida correspondente ao período de 01 de março a 31 de dezembro de 2017 e que o atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa Recorrida, indica que o início dos serviços se deu na data de 22/02/2017.

Que de acordo com estas informações constantes dos autos do processo, fica constatada uma enorme divergência entre as informações financeiras da empresa e as informações operacionais fornecidas pelo atestado de capacidade técnica uma vez que tal receita de vendas de serviços e as despesas de mão de obra não condizem com os quantitativos de funcionários apresentados no atestado de capacidade técnica.



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

Que tendo identificado tal inconsistência nos documentos apresentados pela empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP, a ora Recorrente solicitou, ainda na sessão em que se estava habilitando a empresa, com a verificação de todos os documentos necessários para tal, que a Sra. Pregoeira verificasse junto à INDUSTRIA METALURGICA FRUM LTDA, empresa de direito privado que havia, em princípio, emitido o atestado, a veracidade e a autenticidade de tal atestado assim emitido, a fim de que se espansassem quaisquer dúvidas acerca do documento apresentado.

Que a Pregoeira solicitou uma documentação comprovatória referente ao serviço descrito no atestado de capacidade e concedeu prazo para apresentação até o dia 04/05/2018 no momento da sessão pública.

Que na sessão de retomada do certame no dia 04/05, a empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP apresentou uma declaração de prestação dos serviços onde a mesma menciona, contrariamente ao atestado de capacidade, que na execução dos serviços as frentes de trabalho e quantidades são variáveis de acordo com demanda.

Que deverá ser afastada a hipótese de alegação que os serviços prestados na INDUSTRIA METALURGICA FRUM LTDA são prestados diariamente conforme demanda, pois de acordo com o contrato, a empresa contratante paga a contratada o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia trabalhado e a demonstração do resultado do exercício de 2017 apresenta uma receita de vendas de R\$ 44.205,80 totalizando no máximo, em mera hipótese, a prestação de serviços durante 44 (quarenta e quatro) dias durante o ano de 2017.

Que tais documentos apresentados para comprovação de prestação de serviços indicados no atestado de capacidade técnica, não possuem condição de comprovar situação financeira, fiscal, tributária e trabalhista desta suposta contratação.

Que é nítido e evidente que durante a vigência deste suposto contrato, embora o mesmo apresente característica sob demanda de serviços, houve o fornecimento deste quadro de funcionários mensalmente, uma vez que, conforme declaração e contrato, a área a ser limpa descrita nestes documentos é de 35.000 m2 mensais. Portanto, não há justificativa para uma quantidade menor de postos de serviço no decorrer desta suposta contratação haja vista a quantidade de serviços ser fixa e mensal.



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

Que não foram apresentados documentos tais como folha de pagamento dos funcionários alocados, CAGED, cartões de ponto, notas fiscais, sendo estes, documentos legais que comprovam o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e fiscais inerentes aos serviços prestados.

Que ao apresentar um atestado que tem todos os indícios de serviços que não condizem com as despesas informadas no Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, afrontou a empresa todos os princípios norteadores da licitação, ferindo os direitos demais licitantes de uma concorrência com

Que a empresa recorrida, visa somente um fim: lograr-se vencedor na disputa, de frustrar o caráter competitivo da licitação, o que revela-se, de todo, absolutamente reprovável. Nessa toada, forços é que a Administração Pública providencie diligências urgentes, porque foram apresentadas evidências fortes de que os valores apresentados no balanço patrimonial não condizem com a realidade dos serviços descrita no atestado de capacidade técnica, para todos os fins de direito, inclusive para fins de punição exemplar para a empresa que praticou o ilícito, que foi declarada vencedora neste certame.

### **Do Pedido da Requerente**

Requer que seja o presente recurso recebido, por tempestivo que é, e em sendo recebido, seja acolhido em todos os seus termos para os fins precípuos para que, a uma, seja constatada a veracidade da alegação aqui contida de que há necessidade de diligência investigativa acerca da compatibilidade dos serviços constantes do atestado de capacitação técnica operacional resentedo pela empresa declarada vencedora RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI — EPP, pelos fatos acima mencionados e já juntados ao processo.

Que constatando tais irregularidades, seja a empresa desclassificada e exemplarmente punida com a pena de declaração de inidoneidade, impedindo-a de licitar e de contratar com a Administração Pública em todas as suas esferas e níveis, de acordo com o insculpido no art. 7º. Da Lei 10.520/2002 e que estas razões recursais sejam transmitidas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Ministério Público e Ministério do Trabalho retornando a licitação para a devida fase de classificação, por serem medidas da mais lúdima Justiça.

Requer, ainda, que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior, em



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n° 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

### **Das Contrarrazões da Requerida**

Que a empresa recorrente afirma em suas que o atestado de capacidade técnico apresentado se dá incompatível com o balanço patrimonial, e que não atende ao objeto do edital, se dando insuficiente para a prestação de serviços ora licitados.

Que no edital de julgamento do certame, encontramos todas as regras, todas as condições para que uma empresa sagre-se vencedora do certame, onde qualquer que seja o descumprimento, pregoa-se que a empresa seja desclassificada ou inabilitada.

Que durante o decurso da sessão, e após a inabilitação da empresa SUPORTE, para que fosse mantida a isonomia no processo, e face apontamentos do representante da ALT-TEC foram solicitados documentos comprobatórios do atestado de capacidade técnica para assim não restar dúvidas quanto a habilitação da empresa RM SERVIÇOS, o que se cumpriu e foi aceito pela pregoeira e equipe de apoio.

Que a empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, apresentou declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, e apresentou toda a documentação solicitada no instrumento convocatório, apresentou a melhor proposta lacerada de julgamento, e que não restaram dúvidas quanto o total cumprimento do edital.

Que a empresa recorrente aponta "divergências entre as informações financeiras da empresa e as informações operacionais fornecidas pelo atestado" e que "apresentamos uma documentação contrária ao próprio atestado sobre a execução por frentes de trabalho". Cabe aqui saber a função da diligência que é, complemento de informações, para que assim não restem dúvidas quanto a veracidade e quanto a sua aceitação por parte da Contratante, sendo necessário mais informações e seus complementos.

Que solicitação de atestados de capacidade técnica tem a função de mostrar e provar que a empresa tem capacidade operacional, que tem experiências, e que conseguirá através de serviços já prestados executar os serviços licitados em características similares operacionais.

Que o Atestado de Capacidade é para comprovação de experiência anterior compatível, e o Balanço patrimonial comprova a capacidade financeira da empresa de suportar os custos envolvidos



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

nos serviços que serão prestados, bem como sua saúde financeira, através de índices e balanço anual.

Que a empresa limpou em média 3.597,22 m<sup>2</sup> por dia, tendo um faturamento ainda menor que o apresentado no balanço patrimonial, já mostra que nossa capacidade é suficiente para cumprir o item 8.5.1 do edital; Sem a necessidade mas com o intuito de rebater todas as alegações da empresa recorrente seguimos como mesmo raciocínio, e para provar que a ALT-TEC está equivocada e que com nossa receita os serviços são executados de forma satisfatória:

Que a perspectiva e a forma de execução dos serviços por frente de trabalho são diferentes da interpretação da recorrente, provando que a receita e as despesas condizem com os serviços executados apresentados no atestado, bem como sua quantidade superior a 3500 m<sup>2</sup>.

Que empresa ALT-TEC, está equivocada quanto ao cumprimento de nossas obrigações, através de façanha dissertativa e matemática nos prova o PORQUE não conseguiu apresentar a melhor proposta, detemos conhecimento operacionais diferentes da recorrente, e por isso a empresa ficou espantada com os custos apresentados.

Que a empresa não frustra em momento algum o caráter competitivo da licitação, uma vez que foi para etapa de lances com outras empresas, não foi a 1ª colocada nos preços tampouco deixou de cumprir as solicitações da Pregoeira e do edital.

Que o processo é legítimo, que os princípios foram resguardados solicitamos tempestivamente que não sejam acolhidas as razões de recurso da empresa ALT-TEC, que vão CONTRA A PREGOEIRA E CONTRA A EMPRESA RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELLI.

Que adjudique-se e homologue a nosso favor, com medida na mais serena e incólume justiça.

### **Da análise recursal**

Cumprindo seus deveres e atribuições, a Pregoeira Maria Alice Silva Santos, vem analisar as razões protocolizadas tempestivamente frente às ocorrências do Processo Licitatório n.º 850/2018.

A Instrução Normativa 04/2011, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 10.282, de 08 de abril de 2003, alterado pelos Decretos Municipais n.ºs 10.319, de 23 de maio de 2003 e 11.153, de 29 de junho de 2005 e a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece os procedimentos a serem observados no âmbito do



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE, nas licitações realizadas sob a modalidade Pregão PRESENCIAL e ELETRÔNICO, destinadas à aquisição de bens e serviços comuns.

A licitação na modalidade Pregão observará os princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade. As normas disciplinadoras da licitação na modalidade Pregão devem ser interpretadas para proporcionar a imprescindível competitividade, mediante observância ao princípio da razoabilidade, resguardado o interesse do SEMAE, a finalidade e a segurança da contratação.

Os princípios citados acima, todos são de observância obrigatória, mas que basicamente estão salvaguardados nas normas que dizem respeito às habilitações, que são os artigos 27 a 31 e por isso são normas gerais e sendo normas gerais, não podem deixar de exigir tudo o que está na Lei 8.666, nos artigos 28 a 31 e também não podem exigir mais do que está lá, porque são normas gerais.

A Lei de Licitações é muito clara quando no seu artigo 27 da habilitação, seção 2ª, começa falando da seguinte forma: '- Para habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados exclusivamente documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Daí vem a documentação toda que é exigida.

Nada se pode exigir além do que está na Lei, nada se pode exigir além do que está consubstanciado. Essa afirmação, numa decisão número 523 do Tribunal de Contas da União, - era citada pelo saudoso Mestre Hely Lopes Meireles no seu livro Licitação e Contrato Administrativo -, opinava ele, que não se podia exigir mais do que está aqui.

A única coisa que se pode exigir mais do que está no quesito Habilitação é o que está no artigo 30, portanto exigência técnica, no inciso IV, artigo 30: prova de atendimento e requisitos previstos em lei especial quando for o caso.





## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666. Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa”. Aliás, até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente. Convém destacar que a interpretação do artigo 30 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

A empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP apresentou Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa pela INDUSTRIA METALURGICA FRUM LTDA. A Pregoeira juntamente com a equipe de apoio técnico habilitou a referida empresa em virtude do atestado apresentado, tendo em vista, que atendia plenamente as condições editalícias do item:

***“8.5.1 -Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da licitante, que comprove o correto cumprimento das obrigações contratuais consistente na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, no mínimo de 3.500 m² (três mil e quinhentos metros quadrados) mensais, no período mínimo de 12 meses.”***





## SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

Pregão n.º 49/2018

Processo Licitatório: n.º 422/2018

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,

**Ref.:** Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP

A empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA, indignada, apresentou em seu recurso dúvidas sobre o Atestado, solicitando da Pregoeira realização de diligência para comprovação da veracidade das informações. Apesar da diligência inicial realizada pela Pregoeira quando solicitou documentos que comprovassem o atestado, antes da habilitação da recorrida, entendeu nesse momento, que seria razoável diligenciar a respeito do recurso feito pela empresa recorrente com referência ao Atestado apresentado pela recorrida.

Diante das dúvidas levantadas, inclusive com relação às Demonstrações de Resultados no Balanço Patrimonial e, tendo a obrigação da preservação dos interesses da Administração e a vinculação aos princípios que regem a licitação: legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e celeridade, a Pregoeira estabeleceu prazo de dois dias úteis para contraditório e ampla defesa da empresa RM para esclarecimento dos fatos levantados durante a diligência bem como apresentação da documentação comprobatória, mas a empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP não se manifestou, não apresentou os documentos solicitados durante a diligência e muito menos apresentou qualquer tipo de defesa no prazo estabelecido precluindo do direito.

Oportuno salientar considerações feitas pela Divisão de Escrituração Contábil do SEMAE referente ao Balanço Patrimonial apresentado pela Empresa RM, às folhas 849 e 850 deste processo:

**“Foram verificados os Índices de liquidez e endividamento juntamente com o saldo do Patrimônio Líquido, onde atendem as exigências do item 8.4.7 do Edital.**

**O Balanço Patrimonial (BP) apresentado pela Empresa RM teve sua autenticidade comprovada, através de consulta realizada pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.**

No contrato entre as empresas RM Serviços Especializados EIRELI e Indústria Metalúrgica Frum Ltda consta em sua cláusula terceira que os serviços serão executados em até 2 (duas) vezes ao mês, porém a empresa RM demonstra uma receita baseada em 37 dias, ou seja, 37 frentes de trabalho havendo discordância de informação, pois em 10 meses o máximo seriam 20 frentes de trabalho.

Percebe-se ainda que o custo operacional apresentado pela Empresa RM não pode ser apenas R\$ 24.244,89 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) anual, pois no cálculo apresentado em seu recurso foi baseado em 37 (trinta e sete)



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

dias e os funcionários devem receber salários mensais, portanto o custo operacional da empresa deveria ser R\$ 18.550,14 (dezoito mil quinhentos e cinquenta reais e quatorze centavos) ao mês, conforme apresentado pela empresa AltTec Serviços Técnicos em Geral Ltda, em seu recurso administrativo, fato este que caracteriza que a empresa contrata e efetua o pagamento dos funcionários por dia trabalhado e não mensalmente, cumprindo com as normas trabalhistas e que não possui o quadro de funcionários apresentados no atestado de capacidade técnica.

Ficou demonstrado também através dos relatórios BP e DRE que o FGTS não foi pago com regularidade, pois o mesmo valor demonstrado na DRE (período 10 meses) consta a pagar no BP, onde deveria constar apenas o saldo de dezembro a pagar.

O Salário a pagar também apresenta-se inconsistente no BP, pois num total de R\$ 24.244,89 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), R\$ 11.763,00 (onze mil setecentos e sessenta e três reais) constam como a pagar, ou seja, mais de 48 %(quarenta e oito por cento) de salários a pagar, podendo demonstrar que há salários em atraso ou caracterizando ainda mais o trabalho sem vínculo.

Detalhe a ser percebido também foi que o valor de INSS apresentado na DRE é menor que o apresentado no BP, pois deveria corresponder assim como o FGTS, a uma parcela a pagar.” – (Grifo nosso).

Mediante os fatos apresentados percebemos incoerências nos Demonstrativos apresentados, ou seja, não encontramos elementos no Balanço Patrimonial elementos que comprovem que os serviços declarados no Atestado de Capacidade Técnica foram de fato executados.

Ao cabo, é oportuno apresentar jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal da Justiça de São Paulo quanto ao assunto, respectivamente:

*“1. A faculdade conferida pelo artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93 à comissão de licitação para averiguar a veracidade de documento apresentado por participante do certame não retira a potencialidade lesiva da conduta enquadrada no artigo 304 do Código Penal. 2. A consumação do delito de uso de documento falso independentemente da obtenção de proveito ou da ocorrência de dano.” (HC nº 84.776/RS, 1ª T., rel. Min. Eros Grau, J. em 05.10.2004, DJ de 28.10.2004)*



## **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE**

Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

R. XV de Novembro, 2.200 – Piracicaba/SP – 13.417-100 – Fone: (19) 3403 9623 – Fax: (19) 3426 9234  
afernandes@semaepiracicaba.sp.gov.br    www.semaepiracicaba.sp.gov.br

**Pregão n.º 49/2018**

**Processo Licitatório: n.º 422/2018**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS DO SEMAE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,**

**Ref.: Julgamento de Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA contra a habilitação da empresa RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**

*“Licitação. Habilitação dos proponentes. A conversão do julgamento em diligência para colher parecer técnico ou promover diligência para verificar, em concreto, realização de serviços pela proponente, não desatende, pelo contrário, cumpre a finalidade normativa do art. 43 da Lei 8.666/93” (TJSP, ApCv 82.422-5, DJ de 9/08/1999)*

### **Do Julgamento**

Por todo o exposto, a Pregoeira resolve **ACATAR** o recurso da recorrente, julgando **PROCEDENTE** o recurso administrativo impetrado pela Empresa ALT-TEC Serviços Técnicos em Geral LTDA e **INABILITAR** a empresa **RM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI EPP**.

Ainda sim, encaminha ao Presidente deste SEMAE para apreciação e havendo concordância retornar à pregoeira para retomada da sessão e negociação dos preços ofertados com as empresas classificadas.

**Maria Alice Silva Santos**  
Pregoeira